

RESENHA: FRONTEIRAS E DIREITOS HUMANOS: ANÁLISES INTERDISCIPLINARES.

JONATHAN ALVES PAGNONCELLI²²

O objetivo principal da obra é demonstrar as pesquisas realizadas no âmbito do programa de mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos da UFGD, contando com colaborações de instituições acadêmicas parceiras (UniOeste e UFSCar), de modo que houve a divisão do livro em três partes, uma para cada área de pesquisa do programa de mestrado.

A primeira parte, intitulada "Fronteiras, Desenvolvimento e Integração Regional," engloba quatro capítulos. O primeiro capítulo, intitulado "Integração Regional e as Cidades Gêmeas no Estado de Mato Grosso do Sul," examinou processos de integração regional nas cidades gêmeas localizadas em Mato Grosso do Sul. Destaca a importância desses municípios no fenômeno de integração regional, evidenciando disparidades e convergências compartilhadas no desenvolvimento territorial na história. Analisa os impactos da globalização e dos avanços nos meios de comunicação e transporte, juntamente com as forças centrípetas e centrífugas que moldam as interações sociais geradoras de desenvolvimento. Enfatiza os fatores privados, como comércio e indústria, e a intervenção estatal na ocupação do território. Concluiu pela importância do conhecimento histórico na formulação de políticas públicas específicas e nas implicações socioeconômicas a longo prazo.

No segundo capítulo, "A Revisão Periódica Universal como meio de dessecuritização da migração: o Caso da Espanha", debruça sobre o mecanismo de

²² Mestrando em Fronteiras e Direitos Humanos - UFGD, bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com especialização em Gestão de Pessoas, Direitos Humanos e Cidadania e Especialista em Direito Tributário. Atualmente é advogado e servidor público federal na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFGD. E-mail: jonathanpagnoncelli@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9852295265512322> Orcid <https://orcid.org/0009-0007-5685-539X>

Revisão Periódica Universal das Nações Unidas e seu papel na pesquisa contextualizada sobre migrações. Foca na realidade espanhola e evidencia a eficácia desse mecanismo na dessecuritização. Discorre sobre os resultados dos dois primeiros ciclos da RPU na Espanha que expos um número considerável de recomendações vinculadas à migração, destacando a persistente abordagem securitária adotada pelo país. Contudo, a recusa de parcela significativa dessas recomendações específicas à migração sugere que a relevância da securitização e que os Estados selecionam aquelas recomendações que estão em consonância com suas políticas. Apesar disso, o mecanismo da RPU demonstra ser eficaz no processo de dessecuritização.

O terceiro capítulo aborda a "Paradiplomacia Municipal na literatura especializada produzida no Brasil: correntes, temas e autores", explora o surgimento da paradiplomacia no contexto pós-Guerra Fria e sua relação com a intensificação dos fluxos transnacionais, influenciados pela globalização. Descentralização do poder e na crescente atuação de entidades subnacionais, em especial municípios, sublinha a urgência de novas estratégias para esses governos em âmbito internacional. A interconexão entre a paradiplomacia e a teoria do neoliberalismo, notadamente a interdependência complexa de Keohane e Nye, delineou a produção. Aponta para a ausência de estudos que investiguem os fracassos e desafios enfrentados nesse processo. A necessidade de uma análise mais aprofundada da paradiplomacia em cidades de porte médio e pequeno, especialmente em regiões de fronteira e no interior do Brasil, é ressaltada como uma área de pesquisa ainda em desenvolvimento.

Além disso, abordando as fronteiras como objeto de estudo, o quarto capítulo, intitulado "Análise de Políticas Públicas e Fronteiras" (APP), realiza um levantamento dos estudos de políticas públicas para fronteiras disponíveis no Portal de Periódicos Capes. Explora a integração da subárea APP na análise das políticas para fronteiras no Brasil, comparando-a com os estudos específicos sobre políticas fronteiriças. O texto ressalta a importância de pesquisas refinadas, a inclusão de definições

específicas para o conceito de política pública sobre políticas de fronteira, e a consideração dos ciclos das políticas públicas. Destaca a necessidade de desenvolver um conhecimento científico com fronteiras mais flexíveis diante da complexidade das políticas públicas nas regiões de fronteira.

A segunda seção denominada "Direitos Humanos, Estado e Fronteiras" engloba cinco capítulos. O quinto capítulo, intitulado "O Movimento Diaspórico Venezuelano para o Brasil", inicia a análise da crise humanitária tridimensional na Venezuela, abordando seus aspectos econômicos, políticos e sociais. Esclarece que o conceito de diáspora pode ser aplicado a esse movimento migratório, destacando a presença de desenraizamento e opressão política, e ressalta a persistência cultural dos migrantes.

Os aspectos penais constituem a base dos capítulos 6, 7 e 8, seja no que tange às injustiças ocorridas no sistema carcerário, seja no âmbito processual penal. O sexto capítulo, intitulado "O Massacre Indígena na Era da Neutralidade Étnica", aborda a seletividade penal e a discriminação enfrentada pelos povos indígenas na sociedade brasileira pós-moderna com a neutralidade étnica. O texto configura uma espécie de denúncia das injustiças enfrentadas por essas comunidades e a forma como seus corpos são manipulados dentro do contexto de um extermínio racial respaldado pelo Sistema de Justiça Penal.

O sétimo capítulo abordou "A Justiça Consensual no sistema de garantias processuais penais e o acordo de não persecução penal" (ANPP) no contexto brasileiro, destaca a legislação relacionada a ANPP como um progresso normativo que concede discricionariedade às partes envolvidas.

Quanto ao capítulo 8, "Criminologia Feminista e suas interseccionalidades", demonstra a lacuna existente na produção sobre a criminologia feminista no contexto brasileiro e destaca que a necessidade de pesquisas autônomas que compreendam os diversos contextos de vitimização e criminalização enfrentados pelas mulheres. Aponta que as políticas criminais adotadas pelo poder público são

baseadas pelo princípio da subsidiariedade e orientadas pelo direito penal mínimo, nos moldes do estabelecido pela Constituição Federal de 1988.

O último capítulo da segunda parte, capítulo 9, o “Combate ao Tráfico Transnacional de Maconha nas Fronteiras Brasil-Paraguai como economia de poder” , analisa as estratégias estatais de controle do tráfico de drogas na região de fronteira entre Brasil e Paraguai. Detalha a complexidade da fronteira (aspectos naturais, econômicos, sociais e culturais) revela a inadequação das políticas proibicionistas adotadas pelo Estado, questiona as verdadeiras motivações por trás da proibição de determinadas substâncias, caracterizando a questão das drogas como um problema de mercado.

A terceira parte do texto apresenta pesquisas referentes ao eixo “Identidades, Diversidades e Direitos Socioambientais”, e é composto, entre outros, pelo capítulo 10, denominado de “Racismo Institucional, Poder Judiciário e Violação de Direitos Humanos no Despejo em Mata Cavallo (MT)”, que demonstra a contradição do Estado brasileiro na efetivação de direitos, de modo que o poder judiciário se revela um reprodutor de racismo quando do julgamento de lides envolvendo o território quilombola.

O capítulo 11 denominado “Integração social escolar de migrantes na perspectiva da interculturalidade” destaca o choque cultural quando do deslocamento de refugiados no processo de adaptação ao local em que tentam se estabelecer, especificamente com a barreira da educação escolar. Apresenta os conceitos de interculturalidade e multiculturalismo, estabelecem a base teórica para a discussão sobre a necessidade de uma educação intercultural como meio de promover a integração social dos migrantes como abordagem fundamental para superar os desafios associados ao choque cultural.

Os desafios do Estado brasileiro em assegurar a dignidade da pessoa humana e promover condições de igualdade a pessoas com deficiência são retratados ao longo dos capítulos 12 e 13.

As informações dispostas na internet foram analisadas no capítulo 12, cujo título “O Direito ao Acesso à Informação sob a Perspectiva da Acessibilidade” sendo que existe no Brasil uma verdadeira ausência de acesso à informação das pessoas com deficiência na internet, ou seja, não há acessibilidade a tais pessoas pela falta de adaptação dos portais que possa entregar a informação a tais pessoas.

Quanto ao capítulo 13, “Deficiência e Processos Normalizadores”, o texto se debruça nos discursos subjetivados da deficiência que visam sua normalização e das estratégias adotadas para a educação do sujeito com deficiência. Constrói um panorama histórico da constituição do sujeito com deficiência utilizando o enfoque foucaultiano da arqueogenealogia (como norma, normalização, disciplina e biopolítica, enriquece a compreensão dos processos normalizadores). Destaca a existência de uma dualidade da inclusão educacional como um imperativo ético contemporâneo e, ao mesmo tempo, um método normalizador, notando as complexidades éticas e políticas abarcadas.

O panorama ambiental é o cerne do capítulo 14, denominado “Direito e Política Ambiental no Brasil contemporâneo”, faz uma linha do tempo quanto ao sistema do Direito Ambiental e retrocesso das Políticas Públicas Ambientais no Brasil nos últimos anos e aborda o baixo compromisso com o meio ambiente revelado pelas mudanças normativas (aumento agrotóxico, enfraquecimento institucional, etc.), a partir de 2019. O texto aponta para a urgência de ações que promovam o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental no Brasil para que se consiga evitar uma crise democrática sob o enfoque da Ecologia Política em tempos de afronta ao meio ambiente no capitalismo tardio.

O capítulo 15 recebeu destaque na introdução da obra, posto que retrata com fatos e cenários de violação de direitos dos povos indígenas, especificamente das etnias Guarani e Kaiowá, na região fronteira sul-mato-grossense, ressaltando as condições precárias de acesso à saúde e à resistência desses povos diante da pandemia de COVID-19 e a ineficiência das medidas de controle tomadas pelo Estado brasileiro durante a pandemia (ressaltando que tal negligência sempre

existiu). O texto demonstra a flagrante e contínua violação dos direitos indígenas no Brasil, avocando a vigilância para a necessidade de medidas eficazes e políticas inclusivas que respeitem a dignidade e os direitos fundamentais dessas comunidades.

Após percorrer todos os capítulos da aludida obra o leitor se encontra diante de inúmeros cenários de possíveis violações de direitos humanos, seja recente (refúgios dos venezuelanos), seja assunto antigo, como no caso das violações aos direitos dos povos indígenas e quilombolas, porém, pode ser evidenciado possibilidade de evolução na proteção dos direitos humanos, seja pela fiscalização da sociedade e a implementação de políticas públicas que efetivem direitos ou que atenuem afrontas à dignidade da pessoa humana.

Os textos apresentam consigo um grande alerta, visto que, se o Brasil deseja ser um protagonista na defesa da efetivação dos direitos humanos e na proteção dos vulneráveis fronteiriços, é de extrema necessidade discutir, planejar, criar e implantar políticas públicas, conscientização e educação popular para que se respeite a complexidade dos cenários envolvendo a afronta aos direitos humanos. Entender tal realidade é caminhar para uma solução que possa construir vidas dignas.

REFERÊNCIAS

CONTINI, A. A.; PREUSSLER, G. S. (Org.) ; NOZU, W. C. S. (Org.). **Fronteiras e direitos humanos: análises interdisciplinares**. 1. ed. Curitiba-PR: Editora Íthala Ltda, 2021. 310p . Disponível em: <https://www.idea.ufscar.br/arquivos/producoes/e-book-fronteiras-e-direitos-humanos-2021.pdf>. Acesso em 01 dez 2023.